

Resgate e Valorização das Raízes Afro-Brasileiras: Uma Experiência Educacional na Zona Rural de Itapororoca-PB

Eliane de Campos Viegas ¹
Ana Paula Bezerril Celestino ²

RESUMO

Este artigo tem como proposta apresentar a experiência vivenciada na Escola Municipal Júlia Valdelina da Conceição, que fica localizada na zona rural da cidade de Itapororoca-PB, por meio de um projeto realizado em turmas do 6º e 7º ano do ensino fundamental. A iniciativa está alinhada à Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Nesse projeto, buscamos a valorização das nossas raízes por meio do resgate da cultura afro-brasileira, com atividades interdisciplinares que enfatizaram a contribuição dos negros na formação da nossa sociedade brasileira. É muito importante trabalhar essa temática no ambiente escolar como instrumento de promoção da diversidade e da igualdade racial. A iniciativa utilizou o conceito de letramento racial crítico, conforme a definição de Aparecida de Jesus Ferreira, para gerar discussões sobre o que é necessário para alcançar uma sociedade racialmente equitativa, bem como uma perspectiva de Eliane dos Santos Cavalleiro. Como recurso metodológico, foram utilizadas imagens, livros, textos, atividades e uma aula de campo, na qual os alunos foram levados para conhecer o Casarão José Rufino, localizado na cidade de Areia-PB, local marcado por um período histórico obscuro para os negros, já que o casarão foi palco do grande comércio de escravizados. Além do casarão, outros pontos históricos também foram visitados. Esse projeto proporcionou momentos de reflexão profunda sobre o tema e incentivou os alunos a desenvolverem uma nova consciência sobre a importância da cultura afro-brasileira na construção da sociedade, reconhecendo seu papel essencial na formação histórica e social do Brasil.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira, Educação, Lei nº 10.639/03, Letramento Racial, Valorização.

¹ Graduada pelo Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, eliane27viegas@gmail.com

² Graduada pelo Curso de Letras e Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, anapaulabezerril@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Ao realizarmos uma pesquisa para o Censo Escolar, com o objetivo de compreender como os alunos se identificavam racialmente, observamos que mais de 80% se autodeclaravam brancos, o que não correspondia à realidade vivida em nossa comunidade escolar. Percebemos que muitos estudantes desconsideravam sua cor e seus traços em decorrência do apagamento histórico e do preconceito ainda existente. Alguns se afirmavam apenas como “morenos”, evitando se reconhecer como negros ou pardos, o que evidencia a falta de valorização da identidade étnico-racial e a influência de estigmas sociais relacionados à cor da pele.

Diante dessa realidade, surgiu a inquietação de desenvolver um projeto de intervenção que trabalhasse de forma efetiva a Lei Federal nº 10.639/03, promovendo o reconhecimento, a valorização e o fortalecimento da identidade afro-brasileira entre os alunos. A proposta buscou despertar o orgulho pelas origens, desconstruir estereótipos e contribuir para a formação de uma consciência crítica e antirracista no ambiente escolar.

Em janeiro de 2003, foi criada a Lei Federal nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e representou uma grande conquista para a educação brasileira. A partir dessa lei, tornou-se obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Essa iniciativa tem como objetivo valorizar as lutas, as culturas e as contribuições do povo negro na formação do nosso país. Como a história do Brasil, por muito tempo, foi ensinada sob uma perspectiva eurocêntrica, tornou-se necessária a criação de uma lei que garantisse o estudo e o reconhecimento da cultura afro-brasileira, essencial para compreender a verdadeira identidade e diversidade do povo brasileiro.

O estudo da temática não deve ficar restrito apenas às aulas de História, mas precisa estar presente também em outras disciplinas, como Literatura e Artes, de forma integrada e interdisciplinar. Alguns anos depois, em 2008, essa obrigatoriedade foi ampliada por meio da Lei nº 11.645/08, que incluiu também o ensino da História e Cultura dos povos indígenas. Diante desse contexto, foi desenvolvido na Escola Júlia Valdelina da Conceição o projeto “*Minhas raízes: o resgate da nossa identidade*”, com o objetivo de promover um maior conhecimento sobre a cultura afro-brasileira e valorizar suas contribuições para a formação da nossa sociedade.

Como afirma Aparecida de Jesus Ferreira (2015), em *Letramento Racial Crítico*:

“Letramento racial crítico reflete sobre raça e racismo. Possibilita-nos ver o nosso próprio entendimento de como raça e racismo são tratados no nosso dia a dia, e o quanto raça e racismo têm impacto em nossas identidades sociais e em nossas vidas, seja no trabalho, seja no ambiente escolar, universitário, seja em nossas famílias, seja nas nossas relações sociais.”



Durante quase três séculos e meio, os negros foram escravizados no Brasil, submetidos a castigos diários, à fome, à sede e à perda de sua dignidade e cultura. Apesar desse contexto de violência, encontraram meios de resistência: preservaram suas crenças, associando santos católicos a Orixás, formaram quilombos e criaram diversas estratégias de sobrevivência. Por isso, é fundamental que a escola reconheça e valorize essas contribuições históricas e culturais, promovendo uma educação antirracista e comprometida com a valorização da diversidade.

Como destacam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), a escola tem o dever de reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos africanos e afro-brasileiros, garantindo que suas contribuições sejam apresentadas como fundamentais para a constituição da sociedade brasileira, e não como fatos isolados ou secundários.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É preciso ter clareza que o Artigo 26-A acrescido à Lei nº 9.394/ 96 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (BRASIL, 2004).

Consideramos muito importante valorizar os heróis e artistas negros, mostrando aos alunos as contribuições dessas personalidades na arte, na música, na política e na resistência do povo negro. Costumo conversar com eles sobre figuras como Zumbi dos Palmares, Aleijadinho, Cruz e Souza, Antonieta de Barros, Abdias do Nascimento e Gilberto Gil — pessoas que, apesar de toda a discriminação, conseguiram superar as dificuldades e hoje são referências na história e na cultura do nosso país. Também é importante lembrar de personalidades negras de relevância mundial, como Nelson Mandela, entre tantas outras que marcaram a luta por igualdade e justiça.

Durante as atividades em sala de aula, percebemos o quanto os alunos se encantam com essas histórias. Ao realizarem suas pesquisas sobre personalidades negras, alguns escolheram músicos, outros escritores, líderes ou atletas, e foi muito interessante observar a diversidade de referências que trouxeram. É nesse momento que conseguimos mostrar que a presença negra está em todos os espaços da sociedade, e que essas pessoas, mesmo diante das adversidades, se tornaram exemplos de coragem, talento e resistência.

Mesmo após 137 anos da abolição legal da escravidão, a população negra ainda enfrenta preconceitos e desigualdades diariamente. Nesse sentido, torna-se fundamental destacar sua



importância na formação da sociedade brasileira e reconhecer as inúmeras contribuições culturais, sociais e históricas que trouxeram ao país.

Trabalhar essa temática em sala de aula é, portanto, um ato de justiça e de valorização da diversidade, além de contribuir para que as novas gerações cresçam mais conscientes, comprometidas com o respeito, a empatia e o rompimento de padrões preconceituosos.

METODOLOGIA

Na apresentação do tema em sala de aula, buscamos utilizar uma metodologia diferenciada, já que nosso objetivo era despertar a curiosidade e o interesse dos alunos. Inicialmente, realizamos uma sondagem, com perguntas sobre o que eles já conheciam a respeito das contribuições da população afro-brasileira para a sociedade. Em seguida, os estudantes realizaram pesquisas sobre o assunto.

Posteriormente, em sala, fizemos uma apresentação sobre os reinos africanos, suas riquezas, figuras negras importantes, formas de resistência à escravização e as contribuições trazidas para a cultura brasileira, destacando que os negros são parte essencial da formação do nosso país. Para concluir essa etapa, solicitamos que cada aluno preparasse um trabalho sobre uma personalidade negra importante para a nossa história. As escolhas foram bastante variadas: alguns apresentaram jogadores, outros escritoras, líderes e artistas. Foi muito interessante observar a diversidade de referências e o reconhecimento da importância dessas figuras na construção da sociedade. A atividade foi realizada com as turmas do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, na Escola Júlia Valdelina da Conceição, localizada na zona rural de Itapororoca-PB.

Como encerramento do projeto, realizamos uma aula de campo na cidade de Areia-PB, situada no Brejo Paraibano. Fundada como povoado em 1625, Areia é uma cidade histórica, com diversos prédios tombados pelo patrimônio histórico. Durante a visita, os alunos conheceram a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída por pessoas escravizadas, e o Casarão José Rufino, local que serviu como palco de compra e venda de escravizados. Nesse espaço, puderam ver de perto as antigas senzalas, compreendendo com mais profundidade as condições de vida e resistência do povo negro.



Foto 1: Batistérios de Escravizados



Foto 2: Casarão José Rufino



Foto 3: Casa de um antigo engenho



Foto 4: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



REFERENCIAL TEÓRICO

1. A Lei 10.639/03 e a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

A Lei Federal nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, surgiu como resultado de uma antiga reivindicação dos movimentos negros, que lutavam por uma educação comprometida com a valorização da cultura, do patrimônio e da identidade negra. A partir dessa legislação, em 2004, o Conselho Nacional de Educação elaborou e aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — documento posteriormente ampliado pela Lei nº 11.645/08, que incluiu o estudo da história e cultura dos povos indígenas do Brasil, complementando, mas não substituindo, a anterior.

Desde sua promulgação, a aplicação da Lei nº 10.639/03 tem gerado intensos debates no ambiente escolar, uma vez que sua efetivação exige mudanças curriculares e a reformulação de práticas pedagógicas. Algumas instituições de ensino já avançaram nesse processo, desenvolvendo ações como a adoção de obras literárias voltadas à temática africana e afro-brasileira. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Passados mais de dezesseis anos, muitas escolas continuam sem incorporar de forma efetiva o tema em suas atividades e, quando o fazem, geralmente o tratam de modo pontual, descontextualizado e superficial.

O fortalecimento do Movimento Negro foi fundamental para impulsionar a luta pela inserção da população negra no sistema educacional e pela inclusão de conteúdos que representassem sua história e cultura nos currículos escolares. Como resultado dessa mobilização, surgiram importantes avanços, entre eles a criação da própria Lei nº 10.639/03, que ampliou o acesso ao conhecimento sobre a herança cultural africana e afro-brasileira, bem como sobre a trajetória, as lutas e as contribuições do povo negro na formação da sociedade brasileira. Essa conquista também fomentou discussões sobre racismo, preconceito, discriminação e ações afirmativas, contribuindo para a construção de uma educação mais igualitária e consciente.

Cabe lembrar que, antes da promulgação da Lei nº 10.639/03, já existia a Lei nº 9.394/96 — a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) —, que em seus artigos 26 e 26-A já reconhecia a importância de abordar a diversidade étnica, cultural e socioeconômica presente na sociedade brasileira. Posteriormente, foram elaborados os Parâmetros Curriculares



Nacionais (PCNs), um conjunto de dez volumes que servem como referência para as políticas educacionais, aprovados pelo Conselho Nacional de Educação em 1997 com a participação de diversos especialistas da área.

Segundo Gomes (2011, p. 144), essas ações, tanto no campo político quanto educacional, devem ser compreendidas como respostas do Estado às reivindicações históricas do Movimento Negro, que há décadas denuncia a desigualdade racial e exige reconhecimento e representatividade.

Apesar dos avanços, a implementação da Lei nº 10.639/03 ainda enfrenta diversos desafios. De acordo com Oliva (2004), um dos principais obstáculos é o despreparo de muitos professores, que, em sua formação inicial, não tiveram contato com disciplinas específicas sobre a África e sua história. Além disso, parte dos livros didáticos ainda dedica pouco espaço à temática, apresentando informações distorcidas ou superficiais. Soma-se a isso a persistência de preconceitos — especialmente de natureza religiosa — que circulam socialmente e reforçam estereótipos negativos, dificultando a consolidação de uma educação verdadeiramente antirracista.

Nesse contexto, Rocha e Silva (2013) ressaltam que, embora a aprovação da lei tenha ampliado o debate sobre as relações étnico-raciais na educação, é necessário avançar na formação pedagógica e na conscientização da comunidade escolar. Para os autores, a efetivação de uma educação antirracista depende da sensibilização de todos os envolvidos e da transformação da abordagem curricular, que deve se tornar interdisciplinar e transversal, permeando todos os componentes curriculares, níveis e modalidades de ensino.

2. Identidade étnico-racial e o apagamento da negritude no contexto escolar

Em nossa sociedade, a escola se apresenta como uma instituição social de grande importância cultural. Por isso, refletir sobre o seu papel na formação de uma identidade negra positiva é essencial para as discussões que propomos neste capítulo. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 assegura os direitos de todos os cidadãos e reconhece a educação como um direito universal, independente da origem ou pertencimento racial de cada indivíduo. Dessa forma, todos nós, como cidadãos brasileiros e, especialmente, como profissionais da educação, temos o dever e a responsabilidade de garantir que todos os indivíduos se sintam acolhidos e participantes do processo educativo. Assim, a escola assume um papel essencial na vida de cada pessoa e não deve ser percebida ou tratada como um espaço comum, mas como um ambiente de formação e pertencimento.



Cavalleiro (2005), em suas investigações, observa que o cotidiano escolar ainda é fortemente permeado pelo racismo, o qual, muitas vezes, é ignorado ou tratado com descaso pelos adultos — justamente aqueles que deveriam zelar por um ambiente educacional igualitário. Essa negligência contribui para a manutenção da discriminação e para o fortalecimento do poder simbólico dos grupos dominantes, especialmente os brancos. Segundo a autora, as práticas discriminatórias presentes nas escolas acabam levando as pessoas negras a desenvolverem identidades estereotipadas e negativas, reforçando, assim, as hierarquias raciais existentes.

Como destacam Cavalleiro e Botelho (1998), o cotidiano escolar está repleto de atitudes e comportamentos discriminatórios que condicionam uma visão depreciativa sobre as capacidades intelectuais dos(as) estudantes negros(as), perpetuando relações raciais hierarquizadas. Dessa forma, a escola se torna um espaço onde não apenas os alunos negros internalizam uma imagem negativa de si mesmos, mas também onde os alunos brancos aprendem a negar e a discriminar as identidades negras.

De acordo com Cavalleiro (2005), o currículo escolar e os materiais didáticos utilizados nas instituições de ensino ainda são restritos e pouco sensíveis à diversidade racial, o que dificulta o aprendizado de muitos alunos. Situações cotidianas de tratamento desigual, explícitas ou sutis, acabam promovendo a exclusão dos(as) estudantes negros(as) ou gerando, entre aqueles que permanecem, sentimentos de não pertencimento e inferioridade racial. A autora ainda ressalta que o baixo índice de escolarização da população negra é consequência direta dessa educação excludente e discriminatória, que limita as oportunidades e contribui para a marginalização desse grupo no mercado de trabalho — uma realidade que, segundo ela, tem se intensificado nos tempos atuais.

O papel da escola na formação de uma identidade negra positiva, conforme destacam os autores e autoras estudados, revela um cotidiano educacional ainda marcado pelo preconceito e pelo racismo. Essas práticas, muitas vezes explícitas, são pouco discutidas pelos profissionais da educação, o que evidencia uma ausência de reflexão e compromisso com a temática racial.

Além disso, o silêncio da escola diante dessas questões atua de forma opressora e excludente, demonstrando a falta de interesse e a desvalorização do debate sobre as relações étnico-raciais. Abordar essa temática no ambiente escolar não significa gerar conflito, mas promover a conscientização coletiva, possibilitando o enfrentamento das práticas discriminatórias tanto na sociedade quanto dentro da própria escola — espaço essencial de convivência, aprendizado e construção de identidades.



3. Práticas pedagógicas para a valorização da cultura afro-brasileira e o fortalecimento da identidade

A discussão sobre a educação antirracista deve estar presente de forma contínua nas práticas escolares, com o propósito de construir um ensino comprometido com a valorização dos povos afro-brasileiros e com o enfrentamento de todas as formas de discriminação racial. Essa proposta implica em um processo desafiador, que requer planejamento, estudo e aprofundamento teórico sobre a cultura afro-brasileira, bem como o reconhecimento de que a escola é um espaço essencial para a transformação social.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ao tornarem obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, reafirmam a importância de uma educação voltada à diversidade e à equidade. Essas legislações evidenciam que a desconstrução dos paradigmas colonialistas e etnocêntricos deve ser uma prática pedagógica cotidiana e não limitada a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, ou o dia 13 de maio, que marca a Abolição da Escravatura no Brasil.

Segundo Géglio (2013, p. 51), “a educação escolar é a que mais exerce influência, pois sua capacidade de disseminação ideológica é mais efetiva e duradoura”. Essa constatação reforça a responsabilidade da escola na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel social. Nessa mesma perspectiva, Teixeira (2023, s/p2) afirma que “a construção de uma educação antirracista é necessária, urgente e estratégica para uma sociedade mais igualitária, na qual todas as pessoas possam se ver e se sentir parte de um sistema de educação que considere as contribuições civilizatórias de cada grupo que compõe a sua história”.

A implementação de práticas pedagógicas que incluam conteúdos sobre a história e as contribuições dos povos africanos à formação da sociedade brasileira é, portanto, indispensável. Tal iniciativa promove o reconhecimento e a valorização da pluralidade cultural, contribuindo para uma educação mais inclusiva e democrática. É importante ressaltar que o reconhecimento dos feitos dos afro-brasileiros é um movimento relativamente recente, especialmente se comparado a uma tradição pedagógica que por muito tempo privilegiou o heroísmo de figuras brancas e colonizadoras. Essa herança histórica dificulta a desconstrução de concepções enraizadas e reflete-se na omissão de elementos fundamentais da identidade nacional, impedindo o pleno reconhecimento das múltiplas influências africanas presentes no modo de ser, viver e conviver da sociedade brasileira. Discutir as relações étnico-raciais no contexto escolar é essencial para promover o protagonismo e o engajamento dos estudantes, permitindo que se reconheçam como sujeitos ativos na construção de seu próprio conhecimento. Essa



abordagem fortalece a identidade e o senso de pertencimento, além de favorecer o desenvolvimento de atitudes de respeito e valorização da diversidade cultural.

Além disso, o uso de metodologias lúdicas — como jogos, brinquedos e brincadeiras — pode ser um recurso pedagógico eficaz para abordar a temática étnico-racial. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento integral do educando, abrangendo as dimensões biológica, psicológica e social, e estimulam uma compreensão mais crítica da realidade. Ao conhecer a história e a cultura de seus antepassados, o estudante amplia sua consciência histórica e fortalece a valorização de suas origens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade permitiu perceber o engajamento e a curiosidade dos alunos em relação à temática afro-brasileira. A sondagem inicial revelou que muitos estudantes possuíam conhecimentos superficiais ou limitados sobre as contribuições do povo negro para a sociedade, restringindo-se, em alguns casos, a figuras mais conhecidas do esporte ou da música.

Durante o processo de pesquisa e apresentação em sala, os alunos demonstraram interesse crescente, fazendo perguntas, compartilhando informações e relacionando conteúdos históricos com práticas culturais atuais. A análise dos trabalhos finais evidenciou a diversidade de referências escolhidas, incluindo jogadores, escritoras, artistas e líderes sociais, o que indicou que os estudantes passaram a reconhecer múltiplas dimensões da presença negra na história e na cultura brasileira.

Além disso, realizamos uma visita à cidade histórica de Areia-PB, onde os alunos puderam vivenciar a história local de forma concreta e significativa. Visitamos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída por pessoas escravizadas, e o Casarão José Rufino, que foi palco da compra e venda de escravizados e representa a relação entre casa-grande e senzala, já que possui uma senzala em seu pavimento inferior. Essa experiência proporcionou aos estudantes uma compreensão mais sensível e realista sobre a história da escravidão e da resistência negra, tornando o aprendizado mais impactante e transformador.

A prática também possibilitou reflexões sobre preconceito e racismo, à medida que os alunos perceberam que a invisibilidade de certos grupos e personagens na história e nos materiais didáticos é resultado de processos históricos de exclusão. Nesse sentido, a atividade contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência crítica, reforçando a importância da valorização da diversidade e da promoção da equidade racial.

Em síntese, a experiência demonstrou que o trabalho com pesquisa, apresentações, produções individuais e vivências históricas é uma metodologia eficaz para estimular o



interesse, ampliar o conhecimento histórico e cultural dos alunos e promover atitudes mais reflexivas, empáticas e inclusivas em relação à população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte deste trabalho constitui um momento de síntese e reflexão sobre as aprendizagens construídas ao longo do desenvolvimento do projeto “*Minhas raízes: o resgate da nossa identidade*”. A experiência permitiu compreender que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, previsto nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, vai muito além do cumprimento de uma obrigatoriedade legal: trata-se de um compromisso ético, social e pedagógico com a formação de cidadãos críticos, conscientes e respeitosos com a diversidade cultural do país.

Os resultados observados revelaram que, quando trabalhada de forma interdisciplinar e vivencial, a temática afro-brasileira desperta nos alunos curiosidade, engajamento e reflexão. As atividades realizadas — como pesquisas, apresentações, produções individuais e a aula de campo — favoreceram aprendizagens significativas, aproximando os estudantes da realidade histórica e cultural do povo negro e promovendo o reconhecimento de suas contribuições para a sociedade brasileira.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto demonstrou que a escola é um espaço privilegiado para o combate ao preconceito e à discriminação racial, por meio de práticas que valorizem a diversidade e promovam o respeito às diferenças. A vivência histórica proporcionada pela visita à cidade de Areia-PB, por exemplo, consolidou a compreensão dos alunos sobre a escravidão e a resistência negra, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais concreto e transformador.

Por fim, conclui-se que ações como esta fortalecem a construção de uma educação mais justa, plural e humanizadora, capaz de contribuir para a formação de sujeitos críticos e conscientes do seu papel na construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>.

Acesso em: 08/08/2025.



BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004, de 10 março de 2004.

CIDADE DE AREIA, Disponível em: <https://fcja.pb.gov.br/cidade-de-areia-pb>
Acesso em: 20/08/2025

Cavalleiro, E. S. (2005). *Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor*. In: Eliane Cavalleiro (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Summus.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.10, n.18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133/17537>. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A África, o imaginário ocidental e os livros didáticos - Reflexão de uma pesquisa acerca do ensino de História da África. In: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma. Rompendo silêncios: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: [s.n.], 2004.

ROCHA, Solange; SILVA, José Antonio Novaes da. À luz da Lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. *Revista da ABPN*, v. 5, n. 11, p. 55-82, jul/out. 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/18> Acesso em 20 set. 2025.

GLÉGLIO, P.C. *Comunidades Quilombolas: das reflexões às práticas de inclusão social*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

